



Repressão e criminalização das lutas sociais no Brasil em tempos de recrudescimento do conservadorismo

Repression and criminalization of social struggles in the context of the resurgence of conservatism

Sâmbara Paula FRANCELINO¹

Introdução

Nesse período de crise estrutural da ordem sociometabólica do capital, com o acirramento da desigualdade econômica e social tem-se a ampliação do aparato repressor diante da intensificação da agenda conservadora. Na arena do debate trazido pela análise de Duriguetto e Demier, com o foco naquilo que denominaram de *democracia blindada*, pretende-se acrescentar alguns elementos que compõem o artefato dos limites da democracia burguesa na sociedade brasileira, evidenciando os mecanismos repressivos e de criminalização que se fortalecem com o recrudescimento do conservadorismo na conjuntura atual.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que os inibidores dos processos democráticos se conformam de acordo com os interesses dominantes. Segundo David Harvey (2016), quando é conveniente, o capital é democrático; quando não for, ele encontrará formas de contornar e reconfigurar a natureza da democracia. Contudo, os empreendimentos autoritários e conservadores não ocorrem sem resistência. Tampouco existem concessões democráticas sem luta e pressão social.

Uma análise pautada nas lutas de classes deve evitar o entendimento mecânico de que o fortalecimento de um polo implica automaticamente na fraqueza relativa do outro. Os mecanismos de opressão presentes na crise política brasileira atual exigem uma compreensão que considere as contradições inerentes a esse contexto.

Expressões do conservadorismo nos contornos das lutas de classes

O aparato coercitivo que recai sobre a resistência das (os) trabalhadoras (es) denota o conteúdo das lutas de classes nas contradições impressas no atual contexto. Expressão dessa realidade desfavorável para as (os) que estão no *front* das opressões e submetidas (os) a exploração, está traduzida nas ações repressivas e criminalizatórias e na ressonância encontrada no conservadorismo que se alastra no âmbito da sociedade brasileira. O pensamento conservador, por sua vez,

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil). Av. Dr. Silas Munguba, nº 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza, Ceará, CEP.: 60741-000. E-mail: <sambarapaula@gmail.com>.

[...] surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11-12).

As ideias conservadoras se conformam no plano do cotidiano e na consciência imediata. Tal consciência constitui um senso comum, peculiar e ocasional em que se apresentam elementos heterogêneos pertencentes a distintos grupos ou segmentos sociais, com os quais o indivíduo convive, seja na família, no trabalho, na escola, igreja, na vida pública ou outras esferas.

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação mal feita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes (IASI, 2017, p. 382).

O recrudescimento do conservadorismo na atualidade, inclusive por meio de ação política orquestrada pela direita, revela o quanto as classes sociais – que para alguns, teriam desaparecido – fazem-se presentes no cenário político contemporâneo. No entanto, muitos investimentos ideológicos foram realizados no sentido de contribuir com essa visão de dissolução das contradições de classes, e até mesmos conter os conflitos inerentes à sociedade de classes.

A estratégia que orientou a ação política adotada pelo governo de conciliação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, submeteu-se a essa perspectiva de contenção dos conflitos de classes para que fosse possível um conjunto de reformas de baixa intensidade no longo prazo. Um atalho perigoso que procurou manter os interesses da grande burguesia ao criar condições favoráveis para seus negócios e a viabilidade de lucros, ao mesmo tempo que esse governo se mantinha no poder e assegurava melhorias pontuais para os mais pobres.

Ao fazer a escolha por esse caminho, o pacto de conciliação de classe, em seu espectro, desenvolveu um paradoxo ilusório por acreditar que faria o impossível ao diluir as expressões reacionárias de tal forma a cederem espaço para ideias progressistas cada vez mais avançadas, favorecendo os setores oprimidos da sociedade. O simulacro ruiu diante da impossibilidade de um governo manter os lucros e os grandes negócios da burguesia, ao mesmo tempo em que promove a ampliação dos espaços no âmbito da sociedade civil em favor dos interesses dos setores oprimidos, dissolvendo o abismo social e possibilitando o alargamento da democracia. Como sentencia Iasi (2017, p. 381): “[...] reverter a direção moral de uma sociedade, mantendo as relações sociais de produção e as formas de propriedade inalteradas é uma tarefa impossível”.

Infere-se dessa análise que o pacto social promove a aparente eliminação das diferenças de classes com a promessa de uma consciência de classe que surgiria de um processo de ampliação de direitos no campo institucional do Estado e da formação de uma identidade natural da classe trabalhadora. Uma ação política classista aponta para o enraizamento da compreensão da perspectiva de classe, enquanto que ações pautadas na defesa de cidadãos, consumidores, parceiros possibilita uma *indiferenciação*, que se aproxima de uma visão de

mundo própria da perspectiva liberal. Com base nessa compreensão, o governo de conciliação de classe contribuiu sobremaneira para arrefecer o potencial do campo de resistência da classe trabalhadora.

Ao ruir o pacto de classes, diante do agravamento da crise estrutural do capital, movimentos massivos começam a ressurgir no Brasil, a partir de 2013. As lutas de massas marcadas pelas Jornadas de Junho eclodem como uma forma de reação da classe trabalhadora à crise que assolava as suas condições de vida de forma degradante. Entretanto no seu avesso agudiza-se o conservadorismo, presente na sociedade, com reivindicações que apontam para o fortalecimento da opressão de classe. Essas manifestações conservadoras ressurgem nas eleições de 2015 e depois no processo de *impeachment* que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). A criminalização e repressão, sempre presentes em todos os momentos de expressão das lutas sociais, também se intensificam nesse contexto.

No processo de declínio do governo de conciliação de classe, a sociedade brasileira assiste às frações da burguesia manobram inflexões políticas que contribuíram, para recrudescer o conservadorismo. Concomitante a esse movimento da burguesia, a resistência e os protestos que tiveram a frente organizações políticas com tonalidades classistas cresceram significativamente, ainda que sob fortes ações repressivas e criminalizatórias.

As ocupações das escolas, ocorridas em 2015 e 2016, resultaram de fortes organizações e mobilizações dos estudantes secundaristas em defesa da educação pública e contra as medidas políticas impostas pelos governos em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Pará, Ceará, Minas Gerais. Outro exemplo, dessa forma de luta foram as ocupações das Universidades e Instituto Federais por todo o país como reação à aprovação da PEC 241, hoje Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos.

Em 2017 o movimento pelo Fora Temer e com o intuito de barrar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e pela revogação da terceirização cresceu com uma sequência de mobilizações que ganhou visibilidade nas manifestações dos dias 8, 15 e 31 de março. Daí resultou a greve geral no dia 28 de abril, considerada a maior greve ocorrida no país por parar 35 milhões de trabalhadoras (es), comprometendo a produção e a circulação em 5 bilhões de reais.

O Ocupa Brasília, em 24 de maio, com aproximadamente 150 mil manifestantes de todo o país, configurou-se numa grande demonstração de resistência ao Governo ilegítimo e suas contrarreformas, quando trabalhadoras (es) regiram a repressão policial resistindo ao gás lacrimogênio, bombas, bala de borracha e spray de pimenta. Nesse dia, o presidente ilegítimo, baixou um decreto para deixar as forças armadas de prontidão por uma semana, conformando um verdadeiro estado de sítio.

Com o movimento da classe trabalhadora que expressa a resistência aos ataques da burguesia e dos governos que representa os seus interesses, na expropriação dos direitos sociais minimamente conquistados ao longo de lutas históricas, tem-se, também, o recrudescimento do conservadorismo e a ampliação do aparato coercitivo. Este último empunhado pelo Estado *democrático de direito*, ambos tendo como foco, pela via ideológica ou da força repressiva, o

silenciamento das lutas sociais contra a ordem estabelecida. É esse aspecto que será abordado na sequência.

Conservadorismo e ampliação do aparato coercitivo contra as lutas sociais

A formação social brasileira consubstanciou uma classe dominante preconceituosa, antidemocrática e violenta, geradora de uma intolerância que se manifesta historicamente em várias dimensões da realidade social, legitimando as mais diversas formas de opressão. Essa intolerância, de cunho fundamentalmente classista, ganha contornos gritantes no contexto atual.

No Brasil, não é recente, mas tem sido crescente nos últimos anos, a judicialização dos conflitos sociais. Sob a lógica da criminalização das lutas sociais, assiste-se a uma deslegitimação jurídica do sindicalismo classista e suas estratégias de lutas. Em especial, o combate, por meio do judiciário, às greves, combinando-se com medidas de repressão aos trabalhadores grevistas, com severas punições aos sindicatos e mesmo prisões e condenações das lideranças.

A conjuntura que desponta a partir do *impeachment* traz a elevação das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias que seguem atuando nos diferentes espaços da sociedade brasileira – no Congresso Nacional, no Judiciário, nas forças policiais – e se apoiam em movimentos de direita, financiados pela burguesia, nacional e estrangeira, que promoveram as mobilizações para derrubar o governo. Essas forças burguesas estimulam, bem como apoiam e legitimam as ações de criminalização e repressão que visam a corroer as organizações e mobilizações sociais de esquerda.

Esse conservadorismo se expressa nas mais diversas formas de intolerância, inclusive no ódio ao PT, que se estende para toda a esquerda. Ao mesmo tempo, como parte dessa reação conservadora, vê-se avançar um acordo na direção de uma contrarreforma política, que se volta principalmente para as conquistas históricas asseguradas pelas lutas da classe trabalhadora.

Os traços autoritários dominantes na economia capitalista, no Brasil, constituem-se de elementos históricos de uma cultura dominada pela elite e se nutre de elementos conjunturais que visam combater qualquer ameaça a essa cultura. Está presente aí o racismo arcaico, que perdura até os dias atuais. Registra-se a intolerância religiosa de uma sociedade que pouco avançou em termos de laicidade na política. Soma-se ainda, a esse arsenal, a (LGBTfobia), o sexismo, a criminalização do aborto, previstos especialmente no Estatuto da Família² e no Estatuto do Nascituro³. Todos esses aspectos indicam expressões profundamente antidemocráticas no Brasil, que denotam a ascensão das forças conservadoras. O Projeto “Escola sem Partido” é, seguramente, a demonstração mais emblemática desse contexto. Essa

² O Estatuto da Família é um projeto de lei (PL 6.583/2013) cujo texto principal define como família a união entre homem e mulher, e exclui a união homoafetiva de direitos já conquistados como herança, guarda dos filhos e inclusão do(a) parceiro(a) em planos de saúde, dentre outros.

³ O Estatuto do Nascituro é um projeto (PL 478/2007) que privilegia os direitos do feto desde o momento da concepção e que transforma o aborto em crime hediondo.

situação aponta imensas dificuldades para o fortalecimento de pautas políticas mais avançadas da esquerda.

Diante desse quadro de temeridades, devemos ter em mente todas as variáveis das lutas de classes que se aprofundam nos cenários de crise de hegemonia em conjunturas recessivas [...]. Precisamos tê-las em mente para sabermos como enfrentar suas tendenciais consequências de fragmentação dos interesses que só favorecem aos particularismos de todo tipo, inclusive no seio das forças de esquerda (BRAZ, 2017, p. 102).

Nessa quadra histórica de crise, em que se assiste ao acirramento da desigualdade econômica e social, tem-se o aplainamento do terreno para um crescente processo de criminalização e repressão das lutas sociais. O diferencial desse processo no âmbito da conjuntura política brasileira é que, quanto mais as lutas se intensificam, mais se institucionaliza o artefato criminalizante e violento do Estado, ainda que com variações de intensidade, de sujeitos envolvidos e de mecanismos utilizados.

No Brasil, historicamente, o Estado sempre lançou mão da repressão e criminalização como forma de conter a resistência da classe trabalhadora. A criminalização⁴ das lutas sociais se dá por meio de um processo estruturado de violência física⁵ ou de natureza jurídico-política, com um caráter de violência institucional, diante do uso de prerrogativas que visam caracterizar como criminosas as lideranças e organizações políticas da classe trabalhadora. A repressão política⁶ constitui uma forma de ação pública, geralmente tomada por parte do Estado, para conter e calar manifestações de oposição, subversão, contestação e reivindicação diante do poder público e contra as formas intensificadas de exploração e as opressões arregimentadas pelo capital.

Com o afastamento da Presidente Dilma antes de seu *impeachment*, o PMDB, representado pelo então presidente interino Michel Temer, empenhou-se em viabilizar os princípios contidos no programa *Uma Ponte para o Futuro* (UMA..., 2015)⁷, que, somado às diretrizes da *Agenda Brasil*⁸, guiava a retirada de direitos e a destruição das políticas sociais nos diversos aspectos da vida. O governo ilegítimo e usurpador avançou com um brutal ajuste fiscal, corte de verbas sociais, aprovação da lei da terceirização, entrega do pré-sal às multinacionais e aceleração da política de privatizações, exigindo duro sacrifício da classe trabalhadora

⁴ Criminalizar uma atitude ou manifestação, ao lhe atribuir características de natureza criminosa, não se configura simplesmente a partir de uma fala isolada sem repercussão, ou mesmo de prisões resultantes de uma prática ilegal.

⁵ Violência física, como criminalização, aqui se refere apenas às prisões arbitrárias, já que outras formas de violência, como agressão corporal, assassinatos e torturas se constituem como formas de repressão que se articulam com a criminalização à manifestação social, mas não podem ser confundidas como tal.

⁶ Os métodos de repressão política incluem frequentemente práticas violentas como o espancamento, a tortura, além de tiros com balas de borracha e bombas de efeito moral, como as de gás lacrimogêneo. Esses métodos, em conjunto com as práticas de criminalização, representam a ação estatal para afirmar os interesses do grande capital em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

⁷ Documento divulgado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, em 29 de outubro de 2015, aponta ajuste para cortar subsídios e diminuir gastos públicos, trata de abertura comercial e reforma no orçamento configurando-se, antecipadamente, em um plano de governo (UMA..., 2015).

⁸ Proposta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), caracterizada como uma forma de retomar o crescimento econômico e de realizar reformas necessárias para que o Brasil supere a crise. No entanto, os caminhos para a retomada do crescimento apontam para retrocessos de direitos. Entre as propostas da agenda está a regulamentação dos trabalhadores terceirizados.

brasileira. Apesar de envolvido em inúmeras denúncias de corrupção, o governo tem se esforçado bastante para aprovar as contrarreformas trabalhista e da previdência.

Há que se reconhecer, ainda, que isto se dá em articulação com um processo de desmoralização e satanização das lutas sociais, orquestrado pelos meios de comunicação, que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam informações e fatos referentes às manifestações sociais, sem garantir-lhes qualquer espaço ou mesmo reconhecê-las como interlocutoras da questão reportada.

A inabilidade do Estado brasileiro no trato com os conflitos sociais se expressa em prisões ilegais, despejos forçados, sequestros, detenções arbitrárias, execuções sumárias, registradas diante das ações promovidas pelas organizações de classe. A acusação de *formação de quadrilha* que pesa diante de inúmeras organizações de esquerda tem levado a vários mecanismos de punição e de deslegitimação dessas forças políticas organizadas. A criminalização tem sido acompanhada pelo uso da força, da arbitrariedade e da violência, patrocinadas por governos de variados matizes, que priorizam o capital econômico em detrimento dos direitos da maioria da população, que vive em situação de pobreza e miseráveis condições socioeconômicas e culturais.

O Judiciário e o Legislativo, diante das estratégias implementadas pelas diversas lutas sociais, contribuem para a manutenção de uma ordem injusta e desigual, sob a égide de um discurso arquitetado pelo seu inverso: o da liberdade e da justiça. A legislação nacional e internacional é manipulada de acordo com os interesses da classe dominante, o que dificulta a observância e o respeito aos direitos humanos e trabalhistas historicamente conquistados.

O mais surpreendente e paradoxal aos olhos do observador, está no fato de que a criminalização não foi contida durante os governos do Partido dos Trabalhadores, nos últimos anos à frente do Poder Executivo, seja ele nas esferas federal, estadual e municipal. Governos estes que traziam a expectativa de gerar canais de diálogo com as organizações sociais, mas que, em vez disso, desenvolveram novas e sofisticadas formas de criminalização e repressão. Destaquem-se dois exemplos crassos da atuação do Governo Federal no aspecto da criminalização das lutas sociais, quando editou a Portaria Normativa de dezembro de 2013, que dispõe sobre as Operações de garantia da Lei e da Ordem, e sancionou a Lei Antiterrorismo nº 13.260, de 16 de março de 2016, peças legais que podem ser utilizadas pelo aparato estatal para incriminar e punir lutadores e lutadoras sociais, ao reivindicar seus direitos, legitimando a criminalização e a violência no âmbito da sociedade.

Eis que, com isso, o governo ilegítimo dispõe de aparato jurídico que favorece tanto o enquadramento das lutas sociais em acusações de terrorismo como a repressão que jorra violência, consubstanciando, assim, o medo e o terror naqueles que lhe ousam resistir.

Considerações Finais

O aparelho coercitivo tem se ampliado mediante uma série de expedientes que se intensificaram desde as Jornadas de Junho de 2013. De lá para cá, nesse contexto de crise, um dos fenômenos que atravessou todo esse período foi o recrudescimento da agenda conservadora, com manifestações contra os direitos das mulheres e da população LGBT, em

campanhas que se apresentaram sob a pretensa ideia de defesa da *vida* e da *família*. Esse foi o terreno do voto neopentecostal de pastores fundamentalistas e da aproximação deles com a autocracia burguesa, como o militar cuja carreira se liga à defesa da ditadura militar e seus procedimentos. Esse manifesto recrudescimento do conservadorismo desponta nas votações massivas alcançadas pelas mais execráveis figuras da direita na eleição do Congresso, o mais conservador desde a ditadura militar. E não se trata apenas da vitória eleitoral de figuras fisiológicas, que parasitam o sistema político, aliando-se pragmaticamente com quem for possível para conseguir se eleger, e sim de personalidade ideologicamente de direita, que prega uma agenda explicitamente reacionária.

Os princípios neoliberais, no plano internacional, que deitaram raízes tardiamente no Brasil, implementando-se ao longo dos últimos 30 anos, foram acompanhados por uma mudança política no âmbito religioso, com a direitização da Igreja católica e isolamento dos setores progressistas, quando da entrada em massa das confissões evangélicas, cuja teologia da prosperidade se adéqua muito bem ao pensamento neoliberal. Desenvolveu-se aí, não obstante o caráter conservador do pacto social, um arraigado ódio social entre largos estratos médios – ódio tanto ao governo quanto aos setores da população beneficiados pelos programas de transferência de renda.

É preciso destacar que, as lutas sociais dos trabalhadores também tiveram um crescimento exponencial no último período. Como revelado pelo DIEESE, 2013 superou o pico histórico de greves, que, até então, era o ano de 1989. No período 2009-2014, houve um aumento constante das atividades grevistas no Brasil, que vieram acompanhadas de conquistas salariais. Como já assinalaram diversos analistas, as próprias Jornadas de Junho não podem ser entendidas sem que se considere o quadro ascendente de lutas dos trabalhadores nas últimas décadas e de uma latente inquietação social.

Porém, ressalta-se que uma parte significativa dessas greves e lutas, no último período, não logrou nenhum êxito. Além disso, mesmo em categorias chave da classe trabalhadora, muitas greves e lutas tampouco melhoraram as condições das forças da esquerda no processo político.

A crise capitalista fragilizou, pois, a situação da classe trabalhadora com um aumento bastante significativo do desemprego, precarização das condições de trabalho e desmonte dos direitos sociais, enquanto a repressão e criminalização das lutas sociais, no Brasil, são fortalecidas e acompanhadas pelo recrudescimento do conservadorismo. Todos esses elementos corroboram com a acentuação da blindagem contemporânea da democracia liberal brasileira expressa na análise de Duriguetto e Demier (2017) com a qual procuramos dialogar nesse trabalho.

No entanto, isso tudo não ocorre sem contestação, e, embora tenha semelhanças com outros episódios da história, obviamente, segue uma trajetória própria. Concomitantemente a esse contexto de autoritarismo repressivo, criminalizatório e conservador, manifestações de natureza contrária expressam-se oportunamente na crise brasileira.

Referências

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Rev. Serviço Social e Sociedade*, n. 128, p. 85-103, São Paulo, jan./abr. 2017

DEMIER, Felipe; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, 2017.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v. 3).

HARVEY, D. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **O Estado e a revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

UMA ponte para o futuro. Brasília (DF): Fundação Ulysses Guimarães; PMDB, 29 out. 2015.

Sâmbara Paula FRANCELINO

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1993). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2000). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Integrante do Laboratório Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). Atualmente participa do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social e Movimentos Sociais da ABEPSS.
